

O LUGAR DAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM EM DIFERENTES ABORDAGENS LINGÜÍSTICAS

Edileusa Gimenes Moralis
UNEMAT/AIA

Segundo Borba (1984), nas mais remotas civilizações, encontramos uma ciência da linguagem. Discussões acerca da acepção do termo “ciência” posta à parte, interessa-nos enfatizar que a linguagem¹ tem sido concebida, no curso da historia, sob diferentes perspectivas.

A linguagem como expressão do pensamento, a mais antiga das concepções de linguagem, parte da hipótese de que o pensamento é um dom inato, a linguagem é indispensável e o individuo não pode pensar sem dela fazer uso, uma vez que ela funciona apenas como veículo do pensamento. Se a função da língua é representar o pensamento e conhecimento de mundo, aquele que fala “mal”, pensa “mal” (GERALDI, 2001, p. 41).

Para essa concepção de linguagem, a expressão se constrói no interior da mente, fazendo da enunciação um ato monológico, individual que não é afetado nem pelos outros, nem pelas circunstâncias em que a enunciação acontece, pois não se leva em conta as trocas interlocutivas (não se reconhece a interação social na linguagem). Nessa perspectiva, o termo “língua” recobre apenas uma variedade, a chamada língua padrão ou norma culta.

A língua a ser seguida deve obedecer às regras prescritas pelas “boas” gramáticas normativas. A variação é sinônimo de transgressão. Para ressaltar a concepção de variação vigente entre os defensores dessa abordagem, apropriemo-nos das palavras de Borba (1984): “[...] as línguas são preservadas pelo uso de um povo educado e cuidadoso e sofrem mudanças por causa das corrupções vulgares”. Conclui-se: as explicações para a mudança lingüística estão perpassadas pela concepção de língua.

Segundo Neves, o termo “norma” tem duas significações quando o campo é o da linguagem. Na primeira, entende-se norma como a modalidade lingüística “normal”, “comum”. Em princípio essa modalidade seria estabelecida pela freqüência de uso, e se se contempla, realmente, o uso lingüístico, essa visão, sem fazer valoração, reparte a noção de norma por estratos sociais (variação de uso diastrática), por período de tempo (variação de uso diacrônica), por regiões (variação de uso diatópica). Para essa autora, a ressalva que se faz é

¹ Com relação aos termos “linguagem” e “língua”, abre-se um parêntese: usaremos ambos os termos sem traçar-lhes oposição.

que pode tratar-se de uma língua idealizada como “normal”, “comum”, e, então a noção é de uma única modalidade, aquela concebida e tida como usual, como "média dos falares", abstraindo-se, por aí, a frequência e a modalidade de uso.

Na segunda significação, o termo “norma” é entendido como o uso regado, como modalidade sabida por “alguns”, mas não por outros. Estabelece-se juízo de valor dentre as variedades lingüísticas: ao inscrever apenas uma modalidade como modelo de um padrão, a concepção é arbitrária e autoritária.

Da concepção de norma como uso, a relação com a sociedade aponta para a aglutinação. Da concepção de norma como “bom uso”, a relação com a sociedade aponta para a discriminação. A “norma como discriminação” caracteriza a concepção de língua como representação do pensamento - “espelho”.

A segunda concepção de linguagem “a língua como instrumento de comunicação” fruto do estruturalismo. Para essa corrente teórica, a língua - (abstrata, homogênea e social) - é um sistema de valores puros; ou seja, um sistema no qual as partes se relacionam e se opõem. Saussure (1985) chega a afirmar: “a língua é um sistema que conhece apenas a sua própria ordem”.

Segundo Faraco (2000), nesse modelo teórico, a língua é concebida como um sistema que basta a si mesmo em cada momento sincrônico, e se há equilíbrio solidário entre as partes, a mudança não pode ser concebida como progresso ou como degeneração, mas como um processo pelo qual as línguas simplesmente passam. Altera-se a configuração do sistema, mas nunca a realidade sistêmica da língua.

Infere-se a partir dessa concepção de língua:

- i) a mudança pertence, por excelência, a esse sistema abstrato, homogêneo e social;
- ii) os sujeitos falantes não foram considerados.

Se há homogeneidade na língua e se todos os falantes partilham de um mesmo sistema de língua, a hipotética homogeneidade não daria lugar às variações geradas pelo social. As variações estão circunscritas apenas ao desempenho concreto do falante, mas nunca no interior da própria língua.

Nessa concepção, o termo “língua” recobre todas as variações lingüísticas com o intuito de dar conta da comunicabilidade. Isto é, ao defender a língua como produto social que possibilita a comunicação, exclui-se o falante como interlocutor, pois o que interessa é a presença de emissores, codificadores e decodificadores.

A crítica mais contundente a Saussure decorre deste paradoxo: partindo de um único indivíduo, seria possível analisar o lado social da linguagem, mas somente pela interação de duas ou mais pessoas se poderia estudar o aspecto individual.

Segundo Possenti:

As teorias pagam o preço às ideologias a que se ligam. Por exemplo, o estruturalismo exclui o papel do falante no sistema lingüístico, define a língua como meio de comunicação, o que implica ausência de interlocutores, mas emissores e receptores. (POSSENTI, 2001, p. 18)

A terceira concepção aborda a língua como forma ou processo de interação social, como um trabalho coletivo que se realiza dentro das praticas sociais, em diferentes grupos sociais e em distintos momentos da historia.

Para essa abordagem teórica, a língua é uma atividade humana histórica e social, pela qual o homem organiza e dá forma às suas experiências. “A ação se realiza na e pela linguagem” (KOCH, 1997, p.11).

Segundo Berlinck, Scher e Augusto (2001), para essa abordagem que assume a língua como forma de ação, a análise do fato lingüístico deve levar em conta tanto o falante quanto o ouvinte, e para além do ato verbal, as necessidades da comunidade lingüística. Nesse modelo teórico, a variação não está apenas no interior do sistema lingüístico, mas também fora dele.

Diferentemente de outros modelos teóricos, que assumem a língua como sistema abstrato, para Bakhtin (1999), a verdadeira substância da língua não é constituída nem por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal. Segundo Barros e Fiorin (1999), é dessa interação verbal, estabelecida, entre o enunciador e enunciatário que decorre o dialogismo. Para essa autora: “o dialogismo é o espaço interacional entre o “eu” e o “tu” ou entre o “eu” e o “outro”. A interação verbal é, nessa perspectiva, o “locus” produtivo da linguagem. atribuição de valor, esse procedimento apenas viabiliza uma amostragem mais.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1999.

BERLINCK, R. A.; SCHER, A. P.; AUGUSTO, M. Sintaxe. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Lingüística*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2001, v. 1, p. 207-244.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed., São Paulo: Ática, 2001.

KOCH, I. G. V. *O Texto e A Construção do Sentido*. Campinas, SP: Contexto, 1997.

POSSENTI, S. *Gramática e política*. In: GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed., São Paulo: Ática, 2001.